

# O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO E OS NOVOS PARADIGMAS DO CÓDIGO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL 2015

Otávio Augusto Neiva de Melo Franco <sup>1</sup>  
Paulline Ribeiro Barros <sup>2</sup>



## RESUMO

O Novo Código de Processo Civil trouxe à baila diversos institutos que influem diretamente no sistema processual como um todo, entre os quais a supressão de princípios consagrados, como o princípio do Livre Convencimento Motivado. Pretende demonstra –, por meio do método dedutivo de abordagem e da realização de pesquisa bibliográfica e documenta –, sua importância no sistema de valoração de provas, bem como sua influência no modelo constitucional de direito processual civil, analisando canais de compreensão acerca das formas pelas quais os magistrados proferirão suas decisões, respeitando os ditames constitucionais, até sua supressão. Não obstante, busca-se apresentar, como resultado da pesquisa, os novos caminhos adotados pelo novo CPC, qual seja, a construção participativa do processo.

**Palavras-chave:** Novo código de Processo Civil. Princípio do livre convencimento motivado. Supressão.

1 Professor de Direito nas Faculdades Pitágoras em 2007. Professor de Direito nas Faculdades Santo Agostinho em Montes Claros/MG desde 2002. Aprovado em 1º lugar no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Social na Unimontes/MG (2013). Advogado militante desde 1995, OAB/MG 67.152. Mestrando 2014/2015. E-mail: omfranco@ig.com.br

2 Graduada em Direito pelo Instituto Educacional Santo Agostinho. E-mail: paullineribeirobarros@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Este breve estudo tem o objetivo de investigar a definição do princípio do livre convencimento motivado do juiz, no que tange à sua construção histórica na ordem jurídica brasileira. Pretende demonstrar, por meio do método dedutivo de abordagem, e de uma pesquisa bibliográfica e documental, sua importância no sistema de valoração de provas, bem como sua influência no modelo constitucional de direito processual civil. Em seguida, far-se-á menção à extensa previsão normativa, inclusive constitucional, no que diz respeito à sua definição como princípio – respeitadas as considerações doutrinárias que não o admitem como tal – até a supressão (em tese) realizada pelo Novo Código de Direito Processual Civil.

Nos limites inerentes a este trabalho, pretende-se investigar a atuação desse princípio ou, como leciona a boa doutrina, o sistema de valoração de provas baseado na Persuasão Racional, sua aplicação no ordenamento jurídico pátrio, bem como as possíveis consequências negativas causadas pela interpretação extensiva que se dá a esse modo de valoração da prova, em que pese a atividade positiva dos magistrados quando o utilizam como forma de afastar as normas jurídicas perfeitamente aplicáveis ao caso concreto, para lançar mão de suas convicções pessoais, manifestando-se contrariamente ao que dispõe o conjunto de normas.

O Novo Diploma de Direito Processual Civil

será analisado em consonância com os estudos realizados pelos juristas pátrios, a fim de que possam ser estabelecidos canais de compreensão acerca das formas pelas quais os magistrados proferirão suas decisões, respeitando os ditames constitucionais.

Por fim, não se pretende esgotar a discussão – que, aliás, se manifesta riquíssima em torno do tema – mas apresentar resultados da pesquisa realizada em torno das novíssimas impressões havidas do Novo Código de Direito Processual Civil, em relação ao objeto deste estudo, qual seja: o princípio do livre convencimento motivado do juiz.

## **O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO OU PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL: aspectos históricos acerca da valoração das provas**

Os princípios constituem-se postulados normativos, cânones que regem um sistema. São ínsitos ao ordenamento jurídico e, antes dele, à formação do Estado, pois direcionam e limitam sua ação aos anseios e finalidades sociais.

Princípio jurídico é um “mandamento nuclear do sistema, alicerce, pedra de toque, disposição fundamental, que esparge sua força por todos os escaninhos do ordenamento” (BULOS, 2011, p. 493).

Na acertada lição de José da Silva (2012, p. 92), “os princípios são ordenações que irradiam e imantam os sistemas de normas, são [...] ‘núcleos de condensações’ nos quais confluem valores e bens constitucionais” (grifo do autor).

Ao contrário das características que delineiam regras, os princípios podem coexistir no ordenamento jurídico sem que seja necessário extirpar nenhum deles. São, de outro modo, sopesados, para que seja encontrada a resposta adequada ao conflito apresentado.

Responsáveis por elucidar o estudo normativo, são grandes auxiliares na tarefa de interpretar as normas e pô-las em prática. Dotados

de forma normativa, são capazes de vincular o intérprete e o aplicador do direito. Na condição de postulados lógicos, informam todo o ordenamento jurídico e irradiam seus efeitos, inclusive para as leis infraconstitucionais (BUENO, 2014).

Nesse sentido, o direito processual civil também se orienta pela Ordem Maior e nela busca subsídios para dirimir as controvérsias apresentadas, como é característica de um Estado Democrático de Direito.

É mister salientar que essa noção de modelo constitucional do direito processual civil, como bem doutrina Scarpinella, nem sempre vigorou no ordenamento jurídico brasileiro.

O sistema de valoração de provas teve nuances que vão das formas mais arbitrárias até o surgimento do Princípio do Livre Convencimento Motivado do Juiz, objeto de estudos deste trabalho. A expressão é aqui empregada como meio do qual se lança mão para obter, como resultado último, o substrato de uma decisão a ser tomada como resposta ao caso concreto (CÂMARA, 2014).

É possível observar que, ao longo do tempo, várias mudanças foram operadas para culminar na construção do modelo atual, também denominado de persuasão racional.

O modelo primitivo – o primeiro de que se tem notícia – foi responsável por alicerçar a prova em período de construção das novas sociedades, sofrendo grande influência de outros ramos do conhecimento, não podendo sequer afirmar que se tratava de direito processual, ou de sistema de provas (ZANNETI JÚNIOR, 2015).

A fase religiosa, imensamente difundida, produziu influxo por grande período de tempo e depositou seu legado em vários ordenamentos. Nesse modelo, a prova era apreciada com certa liberdade pelo magistrado, ou por quem lhe fizesse as vezes. Em suma, a valoração das provas era incumbência das divindades que atuavam de forma a inocentar ou condenar os acusados.

Em um terceiro momento, surge o sistema tarifado de valoração das provas ou sistema de prova legal. Versado no modelo romano, foi

responsável pela evolução jurídica de valoração das provas em detrimento do modelo religioso. As incongruências e o despreparo dos juízes levaram o legislador eclesiástico a impor regras de valoração pré-determinadas, que mais tarde repercutiram na órbita processual civil (ZANETTI JÚNIOR, 2015).

Assim, a lei era responsável por determinar quais seriam os meios de prova e o valor atribuído a cada uma delas, o que reduzia a atuação do magistrado à de mero aplicador da lei, jamais tecendo considerações em relação às provas apresentadas.

Em momento posterior, contrapondo o sistema da prova tarifada, surge o sistema da íntima convicção. Nele, a apreciação da prova era caracterizada pela subjetividade do julgador, que proferia as decisões segundo sua consciência, construindo seu convencimento com base em quaisquer fatos apresentados – inclusive aqueles sobre os quais houvesse tomado conhecimento por meios extrajudiciais –, por suas convicções pessoais e até contra as provas levadas ao juízo (CÂMARA, 2014).

Foi uma fase de intensa liberdade do julgador, uma vez que suas decisões não ficavam adstritas aos autos e prescindiam de fundamentação, e o arbítrio era tomado em detrimento do direito com proporção tamanha que o magistrado poderia se furtar ao julgamento da lide nos casos em que o conjunto probatório inviabilizasse a construção de seu convencimento (ARONNE, 1996).

A liberdade dada aos juízes para apreciar as provas e decidir segundo sua vontade ou consciência gerou um contexto de enormes injustiças e arbitrariedades, culminando na superação desse modelo, através da Revolução Francesa. A interpretação foi reduzida à letra da lei, limitando em larga medida a atuação dos magistrados. O texto da norma devia ser aplicado em sua literalidade, pois assim evitava-se a interferência dos julgadores, ali meros aplicadores da vontade da lei.

Entretanto, o positivismo exegético foi

superado, dando margem a um novo sistema de provas, em que se limitava a atuação do magistrado, mas lhe era permitido integrar os valores e legislações aplicáveis ao tempo da decisão para que estas fossem mais justas. Surgia, então, o sistema de persuasão racional, que, para alguns doutrinadores, traz o mesmo significado inscrito sobre a denominação de livre convencimento motivado do juiz, adotado por vários ordenamentos ao redor do mundo.

Anterior à Constituição cidadã, o modelo de apreciação da prova moldada pelo livre convencimento vigia no ordenamento pátrio. O art. 118 do Código de Direito Processual Civil de 1939 elencava em sua redação que,

[...] na apreciação da prova, o juiz formará livremente o seu convencimento, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pela parte. Mas, quando a lei considerar determinada forma como da substância do ato, o juiz não lhe admitirá a prova por outro meio.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o Livre Convencimento Motivado do Juiz foi resguardado como princípio pelo qual se deve reger a Magistratura, como consta no art. 93, IX e X.

Tomado por alguns doutrinadores como um direito fundamental, estabelece que todas as decisões judiciais devem ser fundamentadas sob pena de nulidade e acrescenta que a motivação também deverá ser observada nas decisões administrativas dos tribunais.

O Código de 1973, recepcionado pela CRFB/88 e vigente no ordenamento jurídico brasileiro, manifestou-se a respeito da apreciação da prova quando prevê, no artigo 131, o princípio do livre convencimento motivado, estabelecendo que o juiz aprecie livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que o levaram a formar o convencimento. A regra é excetuada

quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público; o que significa dizer que nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta (art. 366 CPC 1973).

Segundo lição de Bueno (2014, p. 150), o princípio Constitucional de Direito Processual

assegura não só a transparência da atividade judiciária mas também viabiliza que se exercite o adequado controle de todas e quaisquer decisões jurisdicionais. Justamente porque o direito reclama, para sua aplicação, interpretação, e considerando que a interpretação da regra jurídica reclama, para sua correção, a consideração (consciente) de valores, é fundamental que se verifique a razão de o magistrado ter decidido de uma forma ou de outra.

Tem o escopo de proteger as partes tanto no que pese o aspecto subjetivo, de forma que a decisão seja conhecida em seu ínterim, propiciando ao jurisdicionado confiança no dever do Estado de dizer o direito, quanto no aspecto objetivo, uma vez que, conhecendo a decisão, poderá manejar recursos, segundo fundamentação nela contida, além de informar à sociedade, bem como aos outros juízes acerca do escorreito manejo da função jurisdicional.

Nas palavras de Câmara (2014),

trata-se, pois, de uma garantia ligada à ideia de processo justo, de devido processo legal. A motivação das decisões judiciais é essencial para eu se possa assegurar a participação da sociedade no controle da atividade jurisdicional, o que lhe confere legitimidade.

É possível, por isso, observar sua influência no arcabouço normativo do direito substancial, para que as decisões proferidas pelos magistrados não sejam arbitrárias ou manifestem-se como verdadeiras e desagradáveis surpresas ao jurisdicionado. É indubitável a contribuição dada pelo princípio do livre convencimento motivado do juiz ao sistema de valoração de provas, uma

vez que permitiu a sua atuação livre, desde que respeitados os limites impostos pelo Estado Democrático de Direito.

Ante o exposto, necessário dizer que, apesar da evolução na ciência jurídica, no que respeita ao sistema de valoração das provas, ainda se pode notar a presença dos juízes “boca da lei”, que aplicam a norma sem considerar outros fatores insertos nas relações sociais. Esse fenômeno, em boa medida, é capaz de gerar inúmeras controvérsias institucionais, que em nada contribuem para o aperfeiçoamento do sistema jurídico encetado (STRECK, 2015).

Por outro lado, é necessário tecer considerações ao protagonismo judicial brasileiro, responsável por ocasiões de extremada emoção, em que se abandona o dispositivo legal e aplica-se, segundo a vontade do magistrado, o argumento que lhe for mais afável, em flagrante afronta ao modelo constitucional do direito processual civil.

Em meio a grandes polêmicas e preciosos elogios, a Lei 13.105 de 2015 (Novo Código de Direito Processual Civil) suprimiu expressão idêntica ou similar à ideia do Livre Convencimento Motivado em seu bojo, o que levou parcela considerável de insígnies juristas à conclusão de que o princípio do Livre convencimento Motivado do Juiz foi “excluído” das diretrizes espreiadas pelo Novo Diploma, que passou a vigorar – ainda que teoricamente – em meados de 2016.

Assim, passa-se à análise da atual conjuntura, posto que há grande divergência entres os estudiosos no que diz respeito à supressão feita pela Comissão de Juristas e representantes políticos, responsáveis pela edição do Novo Código de Processo Civil.

## **O LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO NO NOVEL DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL: uma questão hermenêutica?**

Nos primeiros contatos com o Novo Código, é possível perceber uma bifurcação entre

os juristas: de um lado, os doutrinadores que se filiam ao entendimento de que houve supressão expressa e, com ela, a extinção do princípio do livre convencimento motivado do juiz; de outro lado, entendem alguns juristas que a retirada de expressões similares ou iguais, que faziam menção ao princípio supracitado, em nada modificam a forma como as decisões judiciais devam ser realizadas.

Em tempo, cumpre dizer que a maioria da doutrina elegeu a tese capitaneada pelo autor de emenda supressiva, Luiz Lênio Streck, a quem couberam as primeiras manifestações quanto à retirada dos artigos do Novo Código de Processo Civil que traziam em seu bojo menção ao livre convencimento motivado. Defende o renomado autor que,

embora historicamente os Códigos Processuais estejam baseados no livre convencimento e na livre apreciação judicial, não é mais possível, em plena democracia, continuar transferindo a resolução dos casos complexos em favor da apreciação subjetiva dos juízes e tribunais. (...) O livre convencimento se justificava em face da necessidade de superação da prova tarifada. (...)” (o autor destacou)<sup>3</sup>.

Consta de suas lições, o argumento de que o princípio foi superado através da interpretação histórica, ou seja, “aquela que indaga das condições de meio e momento da elaboração da norma legal, bem assim das soluções pretéritas dadas pelo legislador”<sup>4</sup>.

Nesse sentido, é possível extrair a tese de que houve superação do modelo de Apreciação Livre da Prova, devendo ser considerado um rompimento do modelo da persuasão racional, moldado no subjetivismo judicial, em que as

convicções faziam leis e lesavam garantias concedidas historicamente (DELFINO; LOPES, 2015).

Naquele sistema, segundo a maioria dos estudiosos, o arcabouço normativo era mero espectador das vontades do judiciário, que agia como protagonista do processo, arbitrariamente decidindo “conforme sua consciência”.

Contudo, o novo Código foi diligente ao estabelecer parâmetros para a fundamentação das decisões judiciais, a fim de que o jurisdicionado não seja constrangido a obter, do judiciário, respostas infundadas, baseadas em subjetivismo, ou insuficientes para sedimentar o papel da jurisdição num Estado Democrático de Direito (art. 489, § 1º, CPC/15).

Para os defensores dessa corrente, a expulsão do livre convencimento é uma garantia, ainda em fase de implementação, de que os juízes decidirão com base no que dispõe a lei, sem limitar-se, é claro, a aplicá-la desconsiderando aspectos intrínsecos à interpretação do caso concreto, pois seria claramente um retrocesso em termos de evolução da ciência jurídica, mas sim respeitando o ideal democrático das decisões, que enfim terão a capacidade de efetivar as garantias processuais consagradas em nosso ordenamento jurídico. “Ora, uma democracia se faz aplicando o direito e não a convicção pessoal de um conjunto de juízes ou tribunais.”<sup>5</sup>

Contrário à tese de que houve extinção do livre convencimento do juiz no Novo Diploma, Gajardoni afirma que a supressão em nada altera o modelo de apreciação da prova ou a fundamentação das decisões. Segundo o ilustre jurista,

o fato de não mais haver no sistema uma norma expressa indicativa de ser livre o juiz para, mediante fundamentação idônea, apreciar a prova, não significa que o princípio secular do direito brasileiro deixou de existir.

3 <http://www.conjur.com.br/2015-mar-19/senso-incomum-dilema-dois-juizes-diante-fim-livre-convencimento-ncpc>

4 FRANÇA, Limongi. *Hermenêutica jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1999.

5 <http://www.conjur.com.br/2015-mar-19/senso-incomum-dilema-dois-juizes-diante-fim-livre-convencimento-ncpc>



E não deixou por uma razão absolutamente simples: o princípio do livre convencimento motivado jamais foi concebido como método de (não) aplicação da lei; como alforria para o juiz julgar o processo como bem entendesse; como se o ordenamento jurídico não fosse o limite. (GAJARDONI, 2015)<sup>6</sup>

Leciona o ilustre autor que o modelo foi instituído, de outro modo, para combater o sistema da prova tarifada e da convicção íntima do juiz. Afirma que em todo o ordenamento jurídico existem resquícios dos sistemas antecedentes, inclusive no que se refere ao novo diploma processual civil, em seu art. 371, ao dispor que “o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que as tiver promovido, e indicará em sua decisão as razões da formação do seu convencimento”, o que, para o referido autor, trata-se claramente do princípio do livre convencimento ou da persuasão racional, tese à qual também se filia o ilustre jurista Cássio Scarpinella Bueno.

Assevera que a redação do art. 372 concede liberdade ao juiz para utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, respeitado o contraditório, em manifesta referência ao princípio em comento. Aduz ainda que,

diversamente do almejado, (...) o CPC/2015 não “coisificou” ou “robotizou” o julgador, tolhendo qualquer espaço de liberdade decisória. Além da autonomia na valoração motivada da prova, mesmo em matéria de interpretação do Direito há espaço para a liberdade de convicção. O art. 489, § 1º, VI, do CPC/2015, ao indicar, a contrário sensu, que o juiz pode deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, desde que demonstre, através de fundamentação idônea, a existência de distinção no caso em julgamento (distinguishing) ou a superação

do entendimento (overruling), prova isso. O que houve, portanto, foi apenas o advento de uma disciplina mais clara do método de trabalho do juiz, não a extinção da autonomia de julgamento. (GAJARDONI, 2015)<sup>7</sup>

Outros autores consagrados construíram em suas obras entendimento idêntico àquele defendido pelo supracitado autor, ao afirmarem a vigência do livre convencimento motivado do juiz, no ordenamento jurídico brasileiro, e de sua adoção pelo no Código de Processo Civil de 2015. Afirmam que o juiz, seguindo esse modelo, deve apreciar livremente a prova, ausente qualquer elemento que o vincule em primeiro momento; mas, ao fazê-lo, deverá indicar em sua decisão os motivos que formaram seu convencimento.

Medina (2015, p. 620) pondera que o Novo Código Processual foi inscrito suprimindo-se a expressão “livremente”, diferente da redação do art. 131 do CPC 1973, apesar de que a menção à liberdade de apreciação da prova trazida pelo velho diploma não dava aos magistrados o poder de avaliar a prova de modo irracional, apenas significando que suas decisões não estavam adstritas aos sistemas suprimidos. Nesse sentido, a exclusão da palavra demonstra a intolerância do legislador com a irracionalidade das motivações judiciais no que respeita às provas do processo.

Desse modo, a ação do magistrado deve-se ater ao que consta dos autos do processo, contudo, podendo ele “empregar as máximas de experiência e alçar mão do notório judicial” (MARINONI; ARENHART; MITIDEIRO 2015, p. 392).

Refutando os argumentos acima elencados, Luiz Delfino e Ziel Ferreira Lopes defendem a verdadeira e indubitável extinção do princípio do livre convencimento motivado, ou o sistema de persuasão racional, quando afirmam que

a doutrina brasileira já despertou para a premente necessidade de revisitar a temática segundo outros ângulos. Compreendeu que a

6 <http://jota.info/o-livre-convencimento-motivado-nao-acabou-no-novo-cpc>.

7 <http://jota.info/o-livre-convencimento-motivado-nao-acabou-no-novo-cpc>.

tradicional maneira como é tratada – a partir dos três modelos históricos de valoração das provas: íntima convicção, prova legal e persuasão racional – desdenha aquilo que sobressai como mais relevante em uma democracia: a discussão sobre mecanismos concretos de controle do convencimento judicial<sup>8</sup>.

Ademais, as decisões falam por si. Tarefa hercúlea a do advogado que precisa explicar ao cliente o tratamento dispensado a seu caso, em contraposição ao que fora dado a seu amigo, pois, apesar de subsistirem as mesmas razões de fato e de direito, foram decididos de forma distinta.

Nesse sentido, a emenda supressiva que retirou do texto do Novo CPC referências ao sistema de livre motivação dos magistrados, acolhida pela comissão de juristas e acatada pelo Redator do projeto Paulo Teixeira, demonstra a alteração realizada pelo Novo Código de Processo Civil, como mecanismo de controle das decisões judiciais, do velho e agora extinto livre convencimento motivado, como sistema de valoração da Prova.

Ao fazerem referência ao argumento lançado por Gajardoni quanto à tecnificação das decisões judiciais, em razão da expulsão do livre convencimento, asseveram Delfino e Lopes (2015) que

sob o Estado Democrático de Direito, a decisão pública não pode depender em nada da vontade pessoal do juiz. Juiz decide; não escolhe, por mais que a isto se acople um raciocínio adjudicador — justificação ornamental, não estruturante à decisão. (...) A prevalecer o “decido-primeiro-e-fundamento-depois”, a tal “disciplina mais clara do método de trabalho do juiz” aparece como despistadora do subjetivismo, até para o próprio intérprete. Ao invés de fundamentar a partir da própria consciência (ou das essências), se trata de compreender, “re-conhecer” na tradição as determinantes

8 <http://justificando.com/2015/04/13/a-expulsao-do-livre-convencimento-motivado-do-novo-cpc-e-os-motivos-pe-los-quais-a-razao-esta-com-os-hermeneutas/>

da decisão. Por isso os princípios fecham a interpretação, talham o acontecer da norma no caso concreto. (destaque do autor).

Nesse sentido, a emenda realizada no art. 926/CPC 2015 aponta os ditames celebrados pelo Novo Código, ao estabelecer que as jurisprudências dos tribunais devam permanecer íntegras e coerentes, o que denota claramente o esforço realizado com vistas à verdadeira mudança de fundamentação das decisões judiciais apontadas como grande marco do Novo Diploma Processual Civil.

Os subsídios dados à doutrina majoritária, defensora da corrente que sustenta a superação do modelo de Livre Convencimento Motivado, são retirados do próprio diploma normativo e apontam a discrepância na utilização daquele sistema.

Há no Novo Diploma uma clara atribuição do processo como construção intersubjetiva, inclusive no que respeita aos princípios elencados, que garantem maior participação dos atores processuais, pois em certa medida favorecem a edificação de um modelo processualista atento aos anseios sociais, e que – se realmente forem postos em prática – serão capazes de emprestar ao processo uma roupagem clara e mais humana (DELFINO; LOPES, 2015).

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, pode-se afirmar que as considerações da doutrina majoritária se ancoram em porto firme, ainda que historicamente se demonstre a aplicação e influência do sistema de livre apreciação da prova, mesmo que motivada.

Mudanças sempre causam estranhamento por parte do intérprete, assim como dos aplicadores da norma. Afinal, são dolorosas as lembranças dos sistemas de aplicação cega e autônoma das normas que se aglutinam, o que nos fazem reear o que está por vir.

Entretanto, em um Estado relativamente

novo, principalmente no que diz respeito aos ideais democráticos que o edificaram, faz-se necessário manter viva a convicção e, mais do que isso, a eficácia desses ideais. A quebra de paradigmas pode ser benéfica desde que os atores processuais estejam dispostos a fazê-la com vistas ao aperfeiçoamento do sistema normativo.

Indubitavelmente, o novo Diploma tem suas bases fixadas pelos ditames do Estado Democrático, inclusive no que tange aos limites por ele estabelecidos. Também é fruto da árdua missão do jurista, na condição de participante ativo da construção de um ordenamento jurídico mais justo e calcado em ideias que abandonam o subjetivismo judicial, dando lugar à efetividade dos direitos e garantias historicamente conquistadas.

Assim sendo, pode-se afirmar que o Novo Código de Direito Processual Civil construiu suas bases em fecundas promessas de mudança de velhos preceitos que atravancavam a justiça e sua finalidade última, qual seja, a paz social.

## REFERÊNCIAS

- ARONNE, Ricardo. O princípio do livre convencimento do juiz. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1996.
- BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BUENO, Cássio Scarpinella. Novo código de processo civil anotado. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2014.
- \_\_\_\_\_. Fundamentação das decisões judiciais é conquista do Novo CPC. Disponível em: <<http://justificando.com/2015/06/12/fundamentacao-das-decisoes-judiciais-econquista-do-novo-cpc/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- DELFINO, Luiz; LOPES, Ziel Ferreira. A expulsão do livre convencimento motivado do Novo CPC e os motivos pelos quais a razão está com os hermeneutas. Disponível em: <<http://justificando.com/2015/04/13/a-expulsao-do-livre-convencimento-motivado-do-novo-cpc-e-os-motivos-pelos-quais-a-razao-esta-com-os-hermeneutas/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. O livre convencimento motivado não acabou no novo CPC. Disponível em: <<http://jota.info/o-livre-convencimento-motivado-nao-acabou-no-novo-cpc>>. Acesso em: 08 abr. 2015.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Código de processo civil comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 392.
- MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- MEDINA, José Miguel Garcia. Novo código de processo civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC 1973. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- STRECK, Luís Lênio. O dilema de dois juízes diante do fim do livre convencimento. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mar-19/senso-incomum-dilema-dois-juizes-diante-fim-livre-convencimento-ncpc>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- ZANNETI JUNIOR, Hermes. Teoria geral da prova. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/16725-16726-1-PB.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2015.